

# Relator condena mudanças no ensino de 2º - grau

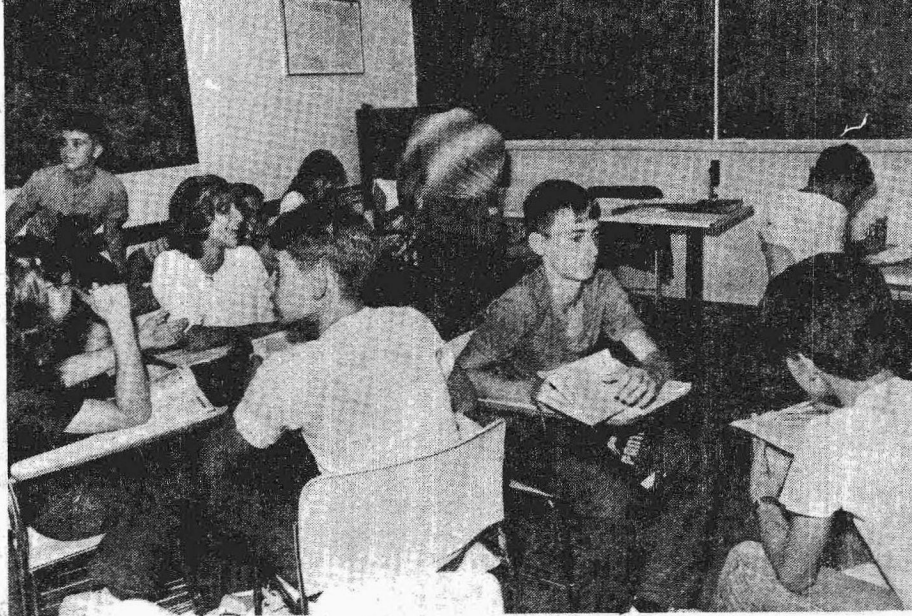
Chagas diz que a profissionalização surgiu para formar "homens integrais". FEDF não concorda

**O** ensino profissionalizante, apontado como a principal causa do caos em que se encontra a educação secundária, vai acabar nas escolas da Fundação Educacional do DF, dois anos após ter deixado de ser obrigatório. Entretanto, o relator da Lei 5.692, de 1971 — que tornou a profissionalização obrigatória —, Valmir Chagas, continua acreditando na

possibilidade de uma educação técnica no 2º grau, com o objetivo de se formarem "cabeças e mão-de-obra". A diretora-geral de pedagogia da Fundação Educacional contra-ataca:

"Formamos, durante todos estes anos, técnicos descompatibilizados com o mercado de trabalho e sem nenhuma cultura geral". Ela defende uma total reformulação no ensino secundário.

ARQUIVO



O ensino profissionalizante reduziu a carga horária de outras matérias

## Fundação : Ensino foi fragmentado

A formação de técnicos de 2º grau é e sempre foi um pretexto para se atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo de desenvolvimento imposto pela política econômica americana. Com esta afirmação, a diretora-geral de pedagogia da Fundação Educacional, Eva Pereira, resume toda a desconfiança ao meio educacional brasileiro em relação à filosofia que culminou com a lei 5.692, em 1971.

Seguindo este raciocínio, Eva Pereira disse que em vez de se formar técnicos para o desenvolvimento, formaram-se no Brasil, durante os 15 anos de vigência da lei, "trabalhadores com uma visão técnica fragmentada, sem cultura geral, incapazes de pensar a finalidade de seu trabalho".

Para Eva o ensino técnico profissionalizante é importante, mas no Brasil ele

mal chega a sair do campo da utopia porque, segundo ela, as escolas ainda brigam por papel e giz: "Como vamos formar bons técnicos sem nenhuma condição de acompanhar o desenvolvimento tecnológico?". A resposta, dada pela própria Eva, é um ensino técnico de baixa qualidade, consequência da falta de equipamentos apropriados e de um corpo docente formado e treinado exclusivamente para este fim.

O DF foi uma das poucas regiões brasileiras a aplicar a lei 5.692, que instituiu o ensino técnico obrigatório nas escolas de 2º grau, "isto porque aqui foram injetados recursos que possibilitaram a criação de oficinas experimentais em diversas áreas", disse Eva Pereira. Mas mesmo assim, ela admite que nunca foram bons os níveis dos cursos técnicos, "pois formávamos datilógrafos

quando a época pedia programadores em computação".

A mudança dos currículos escolares, para a implantação do ensino técnico profissionalizante, foi, segundo Eva, "uma perda irreparável". O curso de habilitação básica em agricultura, por exemplo, compreendia 950 horas-aula de ensino geral, contra mais de mil horas em formação especial. O curso de técnico, então, aumentava para 1 mil 300 horas-aula a carga em formação especial, permanecendo a mesma quantidade de aulas em disciplinas gerais.

— Formamos, durante todo este tempo, técnicos descompatibilizados com o mercado de trabalho e sem nenhuma cultura geral ou, melhor dizendo, formamos peças de uma grande engrenagem sem capacidade de raciocínio para entender a máquina.

## Chagas: Lei avançada demais

Relator da lei que instituiu a obrigatoriedade do ensino técnico nas escolas de 2º grau, a partir de 1971, o professor Valmir Chagas continua defendendo a mesma tese, passados quase 15 anos. Para ele, as escolas devem formar "o homem integral", através do desenvolvimento das capacidades intelectuais e manuais de cada indivíduo. Mas isto, no seu entender, não quer dizer formar mão-de-obra de nível médio, e sim "formar homens".

Quando a Lei 5.692 foi aprovada, o ensino público no Brasil ainda tentava garantir uma formação mínima de quatro anos - a duras penas, é bom lembrar. Ainda assim, sonhou-se em reproduzir aqui um modelo norte-americano de educação, através das escolas polivalentes. Sem condições até mesmo físicas - as escolas eram poucas e mal equipadas -, o grupo de trabalho para a reformulação do ensino defendia o ensino técnico nas escolas, esperando oferecer "meios de vida" à população estudantil mais carente.

Para tanto, foram modificados os currículos escolares, incluindo disciplinas técnicas como parte da formação especial e reduzindo a carga horária do ensino geral (matemática, português, física, química, biologia, geografia, história e outras). Começou-se a equipar as escolas para o oferecimento das disciplinas técnicas e os professores foram reescalados em suas funções para atender aos novos propósitos do ensino.

Se para o professor Valmir Chagas a idéia do ensino profissionalizante não alcançou um êxito pleno no Brasil, em função "da mentalidade social da época",

que queria "formar mão-de-obra e não homens", como ele mesmo disse, um relatório do Ministério da Educação, datado de 1980, apresenta outras causas. Os dados apresentados no relatório apontam que das mais de 8 mil escolas de 2º grau existentes naquele ano no Brasil, nem 10 por cento conseguiram se equipar "com o mínimo indispensável para o oferecimento de cursos técnicos", além da falta de um corpo docente preparado para este tipo de ensino.

Apesar dos dados, Valmir Chagas insiste em culpar a mentalidade reinante no Brasil de 1970, "que dá educação geral à classe média e alta, e ensino técnico profissionalizante aos mais pobres". Ele inclui neste rol também o vestibular, "que não testa aptidões, mas conhecimentos específicos, e com isso nega chances de entrada nas faculdades àqueles que fizeram ensino técnico". Para Valmir Chagas, o ensino profissionalizante é bem dosado ao formar uma intelectualidade e uma aptidão prática; e se os alunos de ensino técnico não conseguem lugar nas escolas de nível superior, o problema é do vestibular.

Para comprovar os grandes ideais que motivaram a reformulação do ensino de 1º e 2º graus, em 1971, Valmir Chagas lembra que a Lei 5.692 acabou com a frequência obrigatória nas escolas e tornou possível a um estudante cursar nível superior sem haver concluído o 2º grau, desde que ele comprovasse conhecimentos compatíveis.

Na verdade, esta lei é tão avançada que ainda não conseguiu ser totalmente aplicada na nossa sociedade".